



**TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO
(SIMPLIFICADO)**

1. OBJETO:

1.1. Prestação de serviços de assessoria e consultoria em contabilidade pública, para atender as demandas desta Câmara Municipal.

2. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS:

2.1. Assessorar na escrituração contábil da CONTRATANTE, observando as normas de Contabilidade Pública e Instruções dos órgãos responsáveis pelo controle externo, bem como as leis federais nº 4320/64, 14.133/2021 e Lei Complementar 101/2000;

2.2. Assessorar na elaboração, alteração e atualização da Lei Orçamento Anual; Acompanhamento e assessoramento na implementação das NBCASP (Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público) e PCASP (Plano de Contas Aplicado ao Setor Público);

2.3. Responder a consultas verbais ou por escrito sobre matérias pertinentes à contabilidade e desde que observado a especialidade do CONTRATADO;

2.4. Acompanhar, assessorar e verificar consistência na geração de informação para remessa do SICOM (Sistema Informatizado de Contas dos Municípios) ao TCEMG;

2.5. Acompanhamento e assessoramento na implementação e manutenção do controle de almoxarifado, patrimônio e frotas, em conformidade com NBCASP e PCASP;

2.6. Acompanhar, assessorar e verificar consistência na geração de informação para Prestações de Contas Anual e envio dos anexos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF(RGF) ao TCE-MG;

2.7. Disponibilizar pelo menos um profissional da área contábil, com formação em nível superior, para assessorar in loco os procedimentos contábeis da Câmara, sempre que fizer necessário;

2.8. Promover a apresentação de justificativas e/ou defesas junto ao Tribunal de Contas do Estado em procedimentos sob a responsabilidade do CONTRATADO;

2.9. Assessorar os setores competentes da CONTRATANTE, na elaboração de legislação relativas à contabilidade e administração pública, desde que observado a especialidade do CONTRATADO;

2.10. Assessorar o legislativo em relação à aplicação da legislação pertinente nos atos inerentes a área financeira, patrimonial, contábil, orçamentário e de recurso humanos, inclusive com implantação de rotinas in loco;

2.11. Assessorar na elaboração de balancetes mensais de Receita e Despesa, obedecendo os prazos previstos na lei orgânica do Município e as demais legislações pertinentes à matéria, desde que seja apresentado toda documentação necessária;

2.12. Assessorar na escrituração dos livros “Diário”, “Razão” e “Tesouraria”, sem sua impressão e encadernação;

2.13. Assessorar na área de pessoal, com orientação quanto aos processos e rotinas do setor, em especial no atendimento à E-Social;

2.14. Assessoria para atendimento as normativas do EFD-Reinf;

2.15. Prestar assessoria no envio de informações à Secretaria de Tesouro Nacional – STN;

2.16. Prestar assessoria na elaboração da prestação de contas anual da Câmara, observando os prazos e as normas do Tribunal de Contas do Estado e demais órgãos responsáveis pelo controle interno e externo.

3. FUNDAMENTAÇÃO/JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

3.1. O quadro de pessoal da Câmara Municipal é restrito, sendo que na área de

[Handwritten signature]



CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

REGIÃO GEO-ECONÔMICA DE BRASÍLIA

Rua Dom Elizeu, 51 – CEP 38.650-000 – Bonfinópolis de Minas – MG

www.bonfinopolisdeminas.mg.leg.br



Contabilidade há apenas 01 (uma) servidora, que ocupa o cargo de Técnico em Contabilidade, sendo que a referida servidora responde pela Tesouraria da Câmara Municipal. Assim, e diante da grande demanda de serviços na área de contabilidade pública, tendo em vista o atendimento às normativas dos órgãos de controle, em especial o Tribunal de Contas de Minas Gerais e a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, há necessidade de suporte técnico especializado para apoio aos serviços de Contabilidade da Câmara Municipal.

4. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO:

4.1. Com fundamento no inciso II, § 1º, do art. 23 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, foi realizada consulta ao banco de dados do Sistema de Contas Informatizado de Contas dos Municípios – SICOM, do Tribunal de Contas de Minas, para pesquisas de contratações similares por Câmaras Municipais da região, de porte semelhante ao de Bonfinópolis de Minas-MG.

4.1.1. Da pesquisa realizada extraiu-se os seguintes dados:

Câmara Municipal	Valor Mensal da Contratação
Uruana de Minas	R\$3.970,00
Dom Bosco-MG	R\$4.040,70
Santa Fé de Minas	R\$4.750,00
Valor médio	R\$4.253,57

4.2. Considerando os valores pesquisados, o valor estimado como referência para a contratação decorrente deste Termo de Referência é de R\$4.253,57 (quatro mil, duzentos e cinquenta e três reais e cinquenta e sete centavos), com valor global estimado de R\$51.042,80 (cinquenta e um mil, quarenta e dois reais e oitenta centavos).

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

5.1. Os serviços serão prestados através de visitas “in loco”, na sede da Câmara Municipal, para a execução dos serviços, com no mínimo 01 visita semanal;

5.2. A contratada deverá ainda prestar os serviços com consultoria e atendimento no horário comercial via telefone e outros meios de acesso remoto quando necessário.

5.3. Os serviços deverão iniciar na maior brevidade possível, com assinatura do contrato imediatamente após concluído o processo de contratação;

5.4. Correrão por conta da contratada todas as despesas decorrentes da prestação de serviços, tais como os salários do pessoal disponibilizado pela contratada, bem como os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, despesas com eventuais deslocamentos de equipe técnica da contratada, para as visitas in loco na sede da contratante.

5.4.1. Ressalva-se do previsto no item 5.4 as despesas com deslocamentos em viagens extraordinárias a pedido expresso da contratante, quando as despesas serão custeadas pela contratante na razão de R\$0,80 (oitenta centavos de real), por quilometro percorridos, mediante apresentação de relatório de viagens, bem como despesas com hospedagens e alimentação, referente às respectivas viagens extras, mediante a apresentação dos respectivos documentos fiscais.

5.5. A vigência do Contrato deverá ser de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, mediante acordo das partes, observada a Lei Federal nº 14.133/2021.

6. MODELO DE GESTÃO:

6.1. Será designado representante para acompanhar e fiscalizar os serviços decorrentes deste Termo de Referência.

7. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;



7.1. Para celebração do contrato para execução objeto deste Termo de Referência, o interessado deverá comprovar possuir os seguintes requisitos de habilitação jurídica e fiscal e qualificação técnica

7.1.1. Habilitação Jurídica e Fiscal:

7.1.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - Cartão CNPJ;

7.1.1.2. Contrato Social em vigor (Consolidado), Certificado da Condição de Microempendedor Individual - CCMEI ou documento equivalente;

7.1.1.3. Declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempendedor, microempresa ou empresa de pequeno porte, estando aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Municipal nº 1.435, de 29 de dezembro de 2023;

7.1.1.4. Regularidade para com a Fazenda Federal - Certidão Conjunta Negativa De Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

7.1.1.5. Certidão Negativa de Débitos junto ao FGTS;

7.1.1.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

7.1.1.7. Certidão Negativa de Débito junto à Fazenda Municipal da sede do proponente.

7.1.2. Qualificação Técnica:

7.1.2.1. Comprovação de registro no Conselho Regional de Contabilidade;

7.1.2.2. Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão do proponente para desempenho de atividade compatível com o objeto deste edital e que demonstre que o contratado tenha executado serviços similares ao período, sucessivo ou não, por um prazo mínimo de 3 (três) anos.

7.1.2.3. Considera-se compatível com o objeto deste edital, execução de serviços de contabilidade pública e o atendimento de todas as instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais referentes aos sistemas utilizados por aquele órgão de controle externo.

8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTARIA:

8.1. Os recursos orçamentários necessários à referida despesa encontra-se previstos na seguinte dotação orçamentária: 01.01.05.01.031.0101.4004-3.3.90.35.00, ficha 51.

9. PAGAMENTO:

9.1. Os pagamentos pelos serviços prestados serão realizados de forma mensal, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à efetiva prestação dos serviços, à vista da respectiva nota fiscal através de ordem bancária para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo prestador de serviços.

9.2. E assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da proposta, decorrido o interstício mínimo de 12 (doze) meses, observado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC acumulado no período.

10. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

10.1. É obrigação da CONTRATADA:

10.1.1 – Comunicar à CONTRATANTE, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

10.1.2 – Manter informada a CONTRATANTE quanto a mudanças de endereço, telefones, fax e e-mail de seu estabelecimento.

10.1.3 Prestar com pontualidade os serviços;

10.1.4. Atender com prontidão as reclamações por parte da CONTRATANTE, objeto do presente Termo de Referência;



10.1.5. Prestar os serviços de acordo com as especificações e condições previstas neste Termo de Referência;

10.1.6. Fica a CONTRATADA na obrigação de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, toda as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.1.7. Cumprir fielmente o objeto do presente instrumento, seguindo a legislação vigente, em observância as normativas e diretrizes dos órgãos de controle, em especial do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL, dentre outros, dentro dos prazos pré-estabelecidos, atendendo prontamente a todas as consultas e solicitações, prioritariamente aos demais compromissos profissionais.

10.1.8 - Executar os serviços técnicos de Assessoria e Consultoria Técnica de Contabilidade Pública dentro dos padrões e normas contábeis e emitir relatórios dentro dos prazos estabelecidos e prestando as informações aos órgãos de controle.

10.1.9 - Efetuar a prestação dos serviços na sede da CONTRATANTE, em local a ser previamente designado por esta.

10.1.10 - Manter a CONTRATANTE informada sobre o andamento dos serviços, informando-a sempre que se registrarem ocorrências extraordinárias.

10.1.11 - Guardar sigilo sobre informações e documentos fornecidos pela CONTRATANTE, em decorrência dos serviços objeto do presente contrato, adotando medidas internas de segurança.

10.1.12 - Após o Encerramento do Exercício, emitir um Relatório Final expondo os fatos encontrados quando dos levantamentos, em especial em atendimento à normativas do Tribunal de Contas de Minas Gerais.

10.1.13 – Responder por todos os ônus referentes aos serviços ora contratados, desde os salários do pessoal neles empregados, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham a incidir sobre o presente contrato.

10.1.14 – Manter, sob sua responsabilidade, técnicos devidamente inscritos no CRC-MG, para a execução dos serviços e consultas solicitadas;

10.1.15 – Demonstrar, sob pena de rescisão contratual, pleno conhecimento das funcionalidades, afetas à contabilidade, do Sistema Integrado de Administração Pública – SIAP, disponibilizado pela empresa Memory Informática, via contrato, para atender as demandas da Câmara Municipal.

10.1.16. Não subcontratar o objeto do contrato, salvo parcialmente e mediante anuência da CONTRATANTE.

10.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

10.2.1 Exigir o fiel cumprimento deste Termo de Referência e do contrato decorrente, bem como zelo na prestação dos serviços e o cumprimento dos prazos.

10.2.2 Colocar à disposição da CONTRATADA toda a documentação necessária para a perfeita execução da Contabilidade da CAMARA MUNICIPAL.

10.2.3 Fornecer, sempre que for necessário e quando for solicitado pela CONTRATADA, informações adicionais pertinentes à Contabilidade da Câmara.

10.2.4 Ceder ao(s) empregado(s) da CONTRATADA um local apropriado para o desenvolvimento dos trabalhos técnicos contábeis.

10.2.5. Disponibilizar sistema informatizado de contabilidade pública, compatível com as exigências do Sistema Informatizado dos Municípios do Tribunal de Contas de Minas – SICOM.

[Handwritten signature]



CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

REGIÃO GEO-ECONÔMICA DE BRASÍLIA

Rua Dom Elizeu, 51 – CEP 38.650-000 – Bonfinópolis de Minas – MG

www.bonfinopolisdeminas.mg.leg.br



10.2.6 A CONTRATANTE, pelo seu titular, é a única responsável pelos atos de gestão administrativa que sejam praticados, limitando-se a CONTRATADA a responsabilidade técnica dos lançamentos e registros de contabilidade.

10.2.7 Fiscalizar a execução deste contrato, apontando vícios e defeitos, e determinar as correções.

10.2.8 Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato;

10.2.9 Notificar a CONTRATADA por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

10.2.10 Manter os pagamentos mensais devidos à CONTRATADA em dias, a fim de evitar a incidência de multas e juros moratórios;

10.2.11 Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

11. FORMA E CRITÉRIO DA CONTRATAÇÃO:

11.1. Considerando a estimativa da contratação prevista no item 4.2 deste Termo de Referência, contratação decorrente do presente Termo de Referência poderá ser efetivada de forma direta, por dispensa de licitação, com fundamento no inciso II, art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, observado o art. 72 da referida lei.

11.2. Em observância ao disposto no art. 48 da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e Lei Municipal nº 1.435/2023, o processo de contratação decorrente deste Termo de Referência será exclusivo para participação de microempreendedores Individuais – MEI, microempresas – ME e empresas de pequeno porte – EPP.

12. Responsável pela Elaboração:

Bonfinópolis de Minas-MG, 29/05/2024.


VANI CAETANO DA SILVA
Secretário Executiva

13. Manifestação do Ordenador de Despesa:

AUTORIZO o prosseguimento do processo de contratação de despesa, observados os trâmites legais.

NEGO o prosseguimento do processo de contratação de despesa, determinando o seu arquivamento.

Bonfinópolis de Minas-MG, 29/05/2024


PEDRO CESAR ALVES CARDOSO
Presidente da Câmara